

Cultura e Poder Local¹

I. Culturas e ideologias

Quem se debruce com seriedade sobre a noção de cultura, confronta-se com uma noção elástica, demasiado complexa para caber em meia dúzia de páginas de uma Revista. Por conseguinte, e para me cingir ao tema proposto «Cultura e Poder Local», partirei de enunciados que não demonstro.

Primeiro enunciado: - Toda cultura é social. É o modo de ser do homem. É a nossa «segunda natureza», mas não rompe completamente com a primeira, antes a prolonga. Somos seres naturalmente sociais. A invenção das sociedades, ou seja, do corpo da cultura, é um modo pelo qual *a natureza* (aquela parte dela que é a espécie humana) se transforma e adapta. Assim como a mente é uma parte do corpo, as sociedades e a cultura não emergiram de outra fonte senão da própria natureza. Quando se afirma que a cultura exprime a luta do homem contra a natureza, esta asserção só é verdadeira se significar a antiquíssima batalha de uma espécie natural para sobreviver contra outras partes hostis do mundo natural. Esta luta é interior e *imane*nte à natureza, representa a dialéctica interna dela mesma. A espécie jamais nega a sua substância, jamais se solta dela absolutamente; quando se opõe, não se liberta da sua condição primeira. A materialidade –natural/social – é a sua condição.

Segundo enunciado:- Sucede que a diversidade cultural é muito maior do que a diversidade genética. Este facto indica-nos a necessária existência de causas e factores, não genéticos, que fizeram evoluir as sociedades, a partir de determinada altura. Um conjunto complexo, do qual se destaca o tipo de ambiente natural, os modos de transformação deste, a produção de determinados excedentes e os respectivos meios, as formas de distribuição e controlo desses excedentes. Para compreender a diversidade social e cultural, tratar-se-ia de entender qual o papel da divisão social do trabalho, das trocas e apropriações, dos poderes e da hierarquia dos valores. Mesmo que se admita que a cultura emerge quer do medo e da veneração dos mortos, quer da expressão religiosa e artística, quer da invenção e reprodução de papéis, lugares, valores, *status*, ou de tudo isto em conjunto, nada disto é independente do modo de produzir, consumir, acumular, trocar, distribuir e controlar. Quem possui o quê e não precisa de trabalhar,

1 Publicado na revista *Espaço Público* nº1, Cooperativa de Comunicação e Cultura, Torres Vedras, Abril de 2006

quem não possui e, por isso, é obrigado a trabalhar, quem governa, quem obedece. Caberia aqui toda a longa narrativa dos escravos, dos servos, dos assalariados.

Ora pois quando se afirma que a cultura é a luta do homem contra a natureza, dever-se-ia dizer: é a luta, por um lado, do homem contra a sua própria natureza primeira e, por outro, a luta entre os homens no mundo da «segunda natureza». No primeiro caso, a educação – o controlo- dos seus instintos ou inclinações, isto é dos seus apetites; no segundo caso, os comportamentos agressivos contra os membros da sua espécie. Tudo isto é cultura, incluindo, por conseguinte, toda a narrativa das expropriações, expropriações, obrigações. Podem existir culturas menos agressivas do que outras, sobre outros homens e sobre o ambiente natural, mas todas contêm essa vertente. As cidades de cuja beleza nos orgulhamos, monumentos, artefactos e engenhos do espírito criador humano, construíram-se regra geral através de sofrimentos, destruições, delapidações. Sob a glória da nossa civilização, soçobraram outras sob o ferro e sob o fogo. Sob o triunfo de uma cultura, estão enterradas as cinzas de muitas outras. A quem queira demonstrar que a grande cultura (arte, ciência, filosofia) brota somente em solos fertilizados pela democracia, pela paz, pela fraternidade, cabe-lhe um tarefa bem difícil.

Destes enunciados extraio as conclusões seguintes:

1. A rica diversidade das culturas deve ser preservada e até estimulada, e recusada qualquer ideologia que pretenda impor a todos uma cultura única ou sequer «superior». A cultura dominante nada tem que ver com preceitos éticos puros, mas com interesses particulares e intenções hegemónicas. Toda cultura respira o ar da sua época, transpira os consentimentos ou as críticas, transporta ideologias justificativas, ou não, dos poderes instituídos, reproduz valores, *status*, hierarquias, papéis sociais, ou transgride, desvia-se, inventa. Nenhuma cultura é imune às lutas ideológicas (políticas, morais, religiosas). Ser culto não é necessariamente sinónimo de ser livre, nem traduz necessariamente a vontade de que os outros o sejam. Temos redondas suspeitas pela «República» de Platão e por determinados ideais «espirituais», a suspeita atingiu já a racionalidade cartesiana, seja a racionalidade pura, seja a racionalidade técnica, e não gostaríamos de viver na ilha da Utopia, de Thomas More. E, bem pior, não esqueceremos nunca que, entre os nazis, houve grandes apreciadores da alta cultura. Quer-se, portanto, diversidade, e não a uniformidade de cemitério. Quer-se o diálogo entre as culturas, e não o neo-colonialismo.

2. A cultura nas sociedades capitalistas contemporâneas não sendo homogênea de modo algum, veicula, apesar disso, uma ideologia dominante, preconceitos de várias ordens, ficções, expectativas intencionais, propósitos deliberados de orientação de atitudes e comportamentos. A cultura está na mira de interesses económicos e políticos, não se encontra acima da lógica mercantil, e tende a difundir escolhas e gostos tipificados, tão massificados quanto possível, adequados à produção em série. Confunde-se com o marketing, com a propaganda política, com a promoção de produtos. Tendencialmente, cada espectáculo é um produto, uma mercadoria, que até pode não ser mais do que um engodo para vender outra mercadoria. Cada obra de arte é reproduzível, quanto mais procurada mais rentável e, logo, mais reproduzida, quanto mais publicitada e consumida, mais procurada, por vezes embaratecida, e assim, em círculo, ou em espiral, até ao infinito. A lógica mercantil-capitalista comandaria, se pudesse, todos os destinos (é o seu desejo infinito), todos os gostos, todas as escolhas. Mas é tanto mais eficaz quanto convencer o cidadão da república de que ele é livre, nasce livre (somente a sua morte é inelutável) ou é dotado da faculdade de «livre-arbítrio». Esta lógica é tendencialmente totalitária. Algumas ditaduras duraram bastante (demasiado), mas esta ditadura é mais subtil e, por isso, dura muito mais. Porque ela apoia-se numa ilusão que é mais forte do que alguns reais direitos e liberdades. Porque alguns destes direitos, ainda que na sua origem tivessem sido incontestáveis conquistas da Liberdade, são susceptíveis de manipulação, mistificação, iscas no anzol, recuperáveis pelo Sistema, convertidos em meios de absorção e reprodução mercantil. As brechas no Sistema são crises, é nestas que mais claramente se revela como são descartáveis direitos e liberdades, defraudadas as expectativas, e como se instalam facilmente medos e inseguranças. Largos e variados são os dispositivos de aliciamento, de dissimulação, simulação. Cópias, simulacros, signos, temos de tudo da «Caverna» de Platão. Mesmo que os políticos sejam medíocres, os *media* injectam-lhes um poder suplementar quase sempre decisivo. Mesmo que os artistas sejam vulgares, podem subir ao estrelato. Os alquimistas disfarçam-se de gurus, os moralistas são venerados como filósofos. Uma prateleira estrategicamente colocada vende mais que um prémio Nobel. Mas essa ilusão é poderosa porque se apoia em grande parte em regimes políticos que substituem o amor da liberdade, como afecção da Razão, pelas

afecções-paixões de temor, de esperança e de segurança. Porque sabem estimular os apetites e conseguem convencer as maiorias de que a satisfação desses apetites é sempre possível (as famosas «oportunidades»). Estas expectativas saíram poderosamente reforçadas pelos *media*; a antiga literatura cor-se-rosa ou de fadas e cinderelas, é muito mais eficaz pela televisão e cinema, e não é preciso saber ler. É uma aculturação ideológica: «Se trabalhares tudo consegues», uma publicidade enganosa, desmentida pela realidade do desemprego crónico e exclusão, pelo enriquecimento de muitos que não trabalham –exploram, roubam, contrabandeiam. A psicossociologia das motivações é a ciência favorita do capital. Em democracias vigiadas (cada vez mais) permite-se tudo, desde que dê lucro, votos, escapadelas. Tudo menos as revoltas operárias, as revoltas de massas contra o Sistema. A cultura permitida está no primeiro caso, à outra, à contra-cultura, fecha-se-lhe a torneira e acaba-se o folgado. A liberdade cultural equivale à liberdade do operário: ou vende-se ou está lixado. Por isso, sugere-me que existe qualquer coisa de prostíbulo na cultura contemporânea. Ao analisar as «virtudes» do capital, Marx já havia avançado qualquer coisa deste género. Cinismo, desfaçatez, mentira, ludíbrio e logro, espaços e tempos bem demarcados, controlados, para as massas se distraírem, «conviverem», gastarem as pilhas ou acumulá-las à maneira de carnavais, utilização das «estrelas» da música para legitimarem as promessas do G-8 (milhões de pessoas foram ludibriadas?). E não é esta música a arte superlativa do presente? Os magnatas são tão libérrimos que até a eles devemos o magnífico Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MOMA), e os museus The Tate Gallery, de Londres! Filantropos que eles são.

3. A cultura dominante corresponde, no essencial, aos interesses da classe dominante. Podemos falar, se se preferir, de estratos, camadas, grupos, desde que não escamoteemos uma determinada homogeneidade de interesses, valores, comportamentos que caracterizam objectiva e subjectivamente grandes agrupamentos sociais. Já há mais de um século o nosso grande Teófilo Braga sustentara que a base social portuguesa fora moçárabe e que os godos, ou seja, a classe governante deste, haviam-se passado para o cristianismo por conveniência. Como já o fizera o imperador Constantino. Como o haveriam de fazer, em relação a outras crenças e filosofias, outras classes que se tornaram dominantes, por exemplo, a pequena e média burguesia lusitana que aderiu ao

republicanismo e, com alguma congruência, ao positivismo; como sucedeu no decurso da ditadura fascista de Salazar, que favoreceu o predomínio de uma cultura académica profundamente espiritualista e reaccionária, que ostracizou o positivismo. A cultura é o palco das «guerras» de classes. Nesses conflitos (nos quais se usam todos os golpes baixos) nada escapa (ainda que se encubra com dispositivos «éticos»): as morais, as artes e as estéticas, as religiões. A arte do século vinte é delas um espelho.

Cultura??

Quando hoje se fala em cultura, já não sabemos bem do que se fala. E pedir ao interlocutor que defina, não é suficiente para desfazer equívocos. A equivocidade está instalada, por enquanto sem remédio, porque na semântica a ideologia fez o ninho. Oiço alguns falar em cultura, mas estão falando de *informação*. Oiço falar desta, e vem à mente os fluxos de informação necessários à economia, os sinais dos preços, a comunicação entre os agentes dos mercados financeiros. Outros tantos falam de informação-cultura e estão a referir-se ao *know-how*, às patentes, às novas tecnologias e seus negócios. Com o mercado vêm as suas virtudes: «ser agressivo», «competitivo», «antecipador das jogadas», «empreendedor». Falam de cultura-liberdades? Pois fazem-me lembrar a sinonímia entre mercado (de capitais?) e democracia. Seringam-me os ouvidos com a treta dos «modernos» e dos «retrógrados»: os conformistas oportunistas são «modernos», é claro. Eu e muitos mais somos «ideólogos obsoletos». Os «utópicos» são recambiados para o Terciário. Cultura do que «está a dar», na moda; do chavão técnico em tradução inglesa; da impressão, do fenómeno, sem perda de tempo com análise e provas; da «subjectividade», do mero surpreender, do «estilo», sem essas chatezas da objectividade e do rigor; dos «guetos para ricos» e dos «guetos para pobres», cada macaco em seu ramo, ora bem.

Embarcaríamos num grande erro se continuarmos a pensar que o Sistema (o tal que produz, vende, lucra e dirige, a cultura) é «irracional». Que andamos a ser alimentados com ilusões, fantasmas e ficções, lá isso é verdade. Mas não é a verdade toda. Nem talvez a pior. O Sistema é profundamente racional, no sentido mais perverso do termo e, por isso, ainda mais *racional* (desde o Sade, o Marx e o Freud, que a gente sabe isso). Basta referir como exemplos a «liberalização do mercado de trabalho», ou o famigerado

Tratado constitucional europeu. *Eles* sabem fazer as coisas. Só que às vezes o *consentimento* almejado escapa-lhes.

II. Poder Local.

Ensaaiemos agora a árdua dialéctica do geral e do particular. Supondo que é no particular que as vivências se tecem. Que é no concreto que as demagogias se esboroam. Que é no singular que a consciência se liberta. Supondo. Porque a verdade é o processo, nem está no começo, nem no fim. Quem se enquistia no imediato não vê lógica alguma. Um átomo não vê o buraco negro donde não sairá jamais.

Para começar, enuncio uma asserção pouco usual: O Poder Local, sendo embora uma estupenda conquista da Revolução, converteu-se na generalidade num instrumento de realização das finalidades do capital. Dominado pelos representantes dos partidos que se alternam no Governo central, serviu para acumular fortunas a terceiros, para corromper e ser corrompido. É responsável, pela parte que lhe cabe, pela degradação ambiental e pela feiúra urbanística. Promoveu em grande medida uma cultura populista e pindérica. À falta de regiões administrativas, os municípios foram uma fraude em diversos casos, de resto bem conhecidos, correias-de-transmissão, nunca se ergueram em unísono contra os desvarios neo-liberais. Aliás, os Governos controlam o Poder Local pela maneira mais antiga e eficaz: pelo dinheiro. Com as novas propostas de formação de executivos monocores, que hão-de vir, a verdade do que atrás digo torna-se ainda mais verdadeira. Salvam-se as devidas excepções, quase todas sob executivos da CDU. Com mais espaço demonstraríamos esta afirmação facilmente. *Parti-pris*? Pois seja. Tomamos o partido dos resistentes, fossem eles quais fossem. Isentos de erros? Ninguém.

Pois bem. No domínio de uma política cultural autárquica tenho como bons os seguintes enunciados gerais:

- *Democracia política, social, cultural*, componente decisivo do desenvolvimento do país e da transformação da sociedade; uma política cultural assente no exercício dos direitos e no reconhecimento das necessidades, aptidões e aspirações das populações. A promoção da participação colectiva é já um acto de cultura. A liberdade não se dá, respeita-se, ou conquista-se.

- Educação e formação de hábitos de frequência dos espaços e eventos culturais, e apoio à iniciativa dos agentes de cultura. Promoção de iniciativas próprias adequadas aos diversos públicos. Educar não equivale sempre a dirigir e a ludibriar. Para se ser músico é preciso educar a orelha.
- Elaboração de estratégias de intervenção cultural assentes em estruturas e serviços próprios, dotados de meios humanos e financeiros, articuladas com outras instituições (escolas, associações). Adequada articulação entre a rede de equipamentos e os planos, e, conseqüentemente, definição de programas, projectos e iniciativas que assegurem a sua ocupação de acordo com os objectivos da política cultural. Estruturar actividades regulares, calendarizadas, conjuntas, com associações e colectividades (Fóruns, Encontros, Programas comuns)
- Investimento na formação de animadores, programadores e produtores de cultura, particularmente com base em protocolos com as escolas e associações. Apoio aos agentes culturais, respeitando a sua autonomia, no quadro de uma política coerente e integrada (incluindo parcerias devidamente protocoladas), conduzindo-os para uma intervenção com as populações, no interior das freguesias e das aldeias.
- Levantamento e preservação das tradições e actividades locais (etnografia, pequenos museus, ateliês, música e instrumentos musicais, poetas populares, literatura de cordel, lendas, alfaias agrícolas e artesanato).
- O incentivo ao desenvolvimento de novas tendências artísticas e estéticas, nomeadamente por meio de exposições, ateliês, colóquios, concursos.
- Promoção de disciplinas diversificadas como o teatro, a música, o bailado, a fotografia, a pintura, o cinema, criando e cedendo espaços (na cidade e freguesias).
- Valorização do património edificado e monumental, recuperando-o (cuidando dos acessos, dos postos de informação), divulgando-o, adequando-o a novas funções, e reclamando do governo os investimentos indispensáveis.
- Desenvolvimento de redes locais de bibliotecas nomeadamente através da estreita cooperação com as escolas, associações e colectividades locais, dinâmicas, vivas, recorrendo inclusivamente a acções de rua e outros eventos apelativos; bibliotecas que não descurem a ligação à história e às tradições locais.

- Cooperação entre autarquias, no espaço regional, no sentido de criar espaços e ligações em rede, otimizando os investimentos, especialmente nos domínios da promoção de espectáculos, mostras e exposições, da edição de catálogos de bibliotecas e outros. Os novos sistemas permitem operar com poupança de custos, com maior rapidez, e alcançar escala. A competição entre paróquias, que corresponde à competição eleitoral entre partidos e caciques, é deprimente. Raramente sai do medíocre, da parolice, das feiras *culturais* de comes-e-bebes, de alguns concertos-ao-vivo que delapidam orçamentos(mas fabricam votos e adrenalina).

Neste conjunto de objectivos cada um que julgue o seu cumprimento, ou não, pelo Poder Local. As actividades realizadas por artistas locais (teatro, cinema, vídeo, e outras artes), jovens ou não, devem ser mostradas em sessões regulares e planeadas para essa finalidade (Semanas de Música, de Teatro, de Cinema); o cinema documental, o cinema independente, o cinema de autor, devem constituir alternativas ao cinema comercial.

É nas freguesias e aldeias que muito é preciso fazer. O que pode suceder é que se criem apenas públicos urbanos, e isto colide com os objectivos que eu enumerei anteriormente. Há aqui uma desigualdade que é preciso colmatar. Não me repugnam de modo algum acções de cultura festiva (a cultura é festa), lúdica, que, à alegria convivial, acrescente outras e diversas formas de expressão cultural (feiras de artesanos, troupes de saltibancos, performances de rua, jogos tradicionais, concertos de música que recuperam tradições de diversas origens regionais, nacionais, internacionais).

Além disto, há ainda muito trabalho a realizar com o património histórico edificado e natural, desde a recuperação e animação dos Centros Históricos, passando pelos espaços que rodeiam certas igrejas, os castelos, os moinhos, as azenhas, etc.. Finalmente, a revitalização das colectividades, pois muitas delas estão efectivamente moribundas. Caberá às Câmaras Municipais formar formadores (ou atrair jovens técnicos), abrindo um ou mais gabinetes com esta finalidade: distribui-los pelas freguesias, organizando cursos de teatro, por exemplo, ou construindo espectáculos e elevando o gosto. As colectividades tiveram o seu período histórico aquando dos primeiros anos da Democracia, e foram um dos melhores frutos das vitalidade revolucionária. Actualmente, ou vivem uma apagada e vil tristeza, desaproveitando excelentes espaços edificados, ou acotovelam-se todas para o mesmo fim: o futebol. Existem excepções (filarmónicas, ranchos folclóricos, bandas), é com essas que devíamos aprender.

São várias as opções do Poder Local, podem passar pela criação de companhias de teatro residente, pela elaboração de roteiros de turismo cultural e de natureza, com zonas delimitadas e protegidas, com oferta de passeios e caminhadas, com guias a expensas da autarquia (onde a iniciativa privada pode intervir), pelos apoios diversificados às associações juvenis, pelo mecenato, pela atracção de capitais privados, por uma boa dose de imaginação que rentabilize as ofertas culturais.

Sucessivos erros cometidos pelo Poder Local, por este país fora, contra o património edificado, por desleixo ou incompetência, ou, simplesmente, para se poupar algum dinheiro, não devem ser tolerados. O inventário do património devia ser conhecido de todos nós e, sobretudo, ser objecto de planos de classificação e recuperação, para posterior desfrute pelas populações.

Para isso, porém, é preciso mais investimentos no sector, outras opções, mais estratégias e mais articulação com as diversas associações (regionais e nacionais), colectividades, escolas, freguesias. Por vezes não é apenas o financiamento que realiza as reformas. É a participação voluntária, a motivação das populações, a confiança na imaginação destas. Também não nos ficaria mal aprendermos com cidades estrangeiras. Os portugueses gostariam de possuir tudo o que os outros possuem, mas nem sempre sabem realmente o que os outros possuem. Em vez de imitar (e importar) acessórios de consumo, valeria mais a pena que preservássemos a independência e inventássemos um futuro. Um povo sem utopia, é um povo desgraçado. Quando lhes fazem secar as fontes do sonho, agarra-se a qualquer ilusão escapatória.

III. Cultura e comunidade

Sucintamente, em jeito de conclusão, deixo duas ou três questões que me preocupam particularmente:

Primeira. – Como aplicar urgentemente uma articulação entre as instituições de ensino, os serviços municipais, e as associações e outras colectividades? O divórcio entre as escolas e o resto da comunidade (na produção e promoção da cultura) não pode permanecer. Os diversos pólos têm de encontrar formas de cooperação.

Segunda. – Como fazer elevar o gosto e a formação cultural dos dirigentes autárquicos e associativos? Sem a sua activa participação, tudo é mais difícil. Como podem as direcções de colectividades animar actividades artísticas se as não conhecem, nem possuem delas qualquer experiência?

Sugiro, portanto, mais espírito de comunidade, que passaria por encontros e projectos comuns, e pela constituição de equipas de formadores (monitores, técnicos, animadores).

Lembraria, por fim, que a cultura não deve ser encarada somente sob o prisma das artes; é preciso hoje que a cultura se estenda ao Ambiente, que este seja uma vertente da educação cultural, um bem a preservar e a usufruir, um produto a oferecer aos turistas (turismo cultural e de natureza); que o urbanismo seja cultural, com qualidade estética, para que os espaços públicos se convertam em embelezamento dos lugares e pólos de atracção; que as aldeias seduzam os forasteiros e nelas apeteça viver. Mas ainda que a cultura estende-se à cidadania, no seu significado mais nobre que Jean-Jacques Rousseau enunciou, a consciência de que cada um é somente parte de um todo, e que este todo venha a ser uma associação de homens livres, isto é, de *cidadãos*, que cedem uma parte da sua liberdade natural para receberem uma liberdade acrescida. A cultura possui valores; pois que eles sejam norteados pela *preocupação* (com os outros) e pelo *cuidado* (com a comunidade, com o planeta). Portanto, eu resumia as coisas nos seguintes conceitos fundamentais do bom e belo existir humano: **hospitalidade, preocupação, cuidar.**

O programa genérico que eu enunciei para o desenvolvimento cultural a cargo dos municípios, não traz provavelmente nada de novo para bastantes cidadãos. Advinha-se facilmente qual seja a sua interrogação: Porque razão não se cumprem estes e outros objectivos?

A resposta tornaria demasiado extenso este ensaio sobre cultura e Poder Local. Adianto apenas que os programas não se cumprem precisamente por causa das opções ideológicas. Toda a ideologia namora o poder, ou é, ela mesma, emanação do poder. Apesar do poder estar hoje muito disseminado, tanto que até parece *democratizado*, o poder real e efectivo é o poder económico. É ele que compra, determina, subjuga e corrompe. O Poder Local, essa excelsa conquista do 25 de Abril, não poderia jamais permanecer neutro e imune à contaminação geral. A pseudo-filosofia que ora reina de conteúdo economicista embrulhada em termos «modernos», é o discurso do poder económico. Por detrás da poupança nas políticas sociais espreita a acumulação e a centralização do capital, ou os múltiplos estratagemas que ele usa para resolver as crises que ele próprio cria. Não admira que muitos autarcas por este país fora optem pelo «crescimento», em vez do desenvolvimento... Que os cidadãos se interroguem sobre o

que tem sido este «crescimento». E que os cidadãos se interroguem sobre os modos de enriquecimento pessoal através da política.

IV. Conclusões

Cultura é tudo aquilo (material ou simbólico) que permita criar e desenvolver o máximo de potencialidades no indivíduo e na colectividade. Não somente estéticas e artísticas, mas também éticas e políticas. Designa um conjunto de normas colectivas. Todos o sabemos. Todos sabemos que a educação e a prática dos valores de democracia, solidariedade, tolerância (ou *hospitalidade*, como seria preferível nomear), paz e justiça, devem ser orientações fundamentais da cultura de um povo. É verdadeiramente estúpido, senão mesmo perigoso, separar a cultura destas vertentes ético-políticas. Por outro lado, advogar os benefícios do contacto e do conhecimento das diversas culturas, respeitar a sua diversidade (sermos hospitaleiros), não se confunde com a tese de que todos os valores se equivalem. Existem «valores» que não possuem valor algum; existem outros que não disfarçam senão o seu papel de promotores de mercadorias sem valor; e existem outros que são pura e simplesmente bárbaros. É preciso reforçar a nossa capacidade ética de julgar, e não apenas de compreender, e isso somente se consegue através de uma *razão normativa*. Sendo a cultura um conjunto de normas (as tribos da Amazónia também as possuem), o debate que interessa prosseguir é saber se se devem instituir normas racionais universais (quais?), ou se tal é vão, ou até perigoso.

Consentir numas coisas, ou não consentir, é uma escolha prática que compete a cada cidadão esclarecido. Eu poderei consentir em determinadas normas construídas pela razão, normas universais portanto, e, no entanto, não consentir em outras, que nem me parecem racionais sequer, na medida em que são simples universais vazios (o chamado livre-arbítrio, por exemplo), ou são veículos de dominação colonial e imperialista.

O que é muito mau é pensarmos que pensamos quando nos limitamos a tomar como verdades as *distorções ideológicas* dos poderes hegemónicos contemporâneos. A **Ideologia**, porém, não é exclusivamente um conjunto de erros e mentiras, mas um instrumento de interpretação e de acção. Certamente que só um ignorante ignora que hoje a manipulação das mentes é tendencialmente planetária e é tecnologicamente sofisticada. Contudo, é possível, é mesmo imperioso para a sobrevivência da cultura, abrir trincheiras de resistência, bolsas de criatividade, zonas alternativas de expressão, praticar o «direito de resistência» admitido pelas normas dos regimes democráticos. Ou

seja, temos todos o direito de resistir às tiranias, ditaduras e totalitarismos. E, portanto, o dever de recriar comunidades vivas, com gente dentro. E isto é mais que um desejo. É todo um programa. É uma outra ideologia. Espero ter deixado claro que uma ideologia concreta, que vê no Novo o coração e a inteligência do movimento, não se confunde com neo-misticismos, com filosofices de aeroporto, com seitas de revelados, velhas receitas embrulhadas em papel reciclado. O Novo anuncia-se já em sintomas. Essas epifanias manifestam-se já, se estivermos atentos, na política e na arte alternativas. Aparentemente a barbárie triunfa. Aparentemente assistimos à celebração do Capital. Contudo, pequenas toupeiras vão escavando o chão que ele pisa.

NOZES PIRES